



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 189418-4/01- Comarca do Recife

Agravante: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco.

Agravada: Ana Amélia de Barros Lima Souza.

5527

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ÓBITO DO SEGURADO EM DATA ANTERIOR À ENTRADA EM VIGOR DA LCE Nº 43/02. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO À FILHA MENOR DE 25 ANOS E UNIVERSITÁRIA. POSSIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A legislação aplicável para concessão do benefício previdenciário da pensão por morte é a do tempo da morte do segurado. 2. Súmula nº 340 do STJ. 3. A percepção de pensão por morte do segurado por sua dependente, tendo o óbito ocorrido em data anterior à entrada em vigor da LCE nº 43/02, decorre do direito adquirido à aplicação da legislação vigente à época, preenchidos os requisitos exigidos. 4. Agravada que possui direito à continuação da percepção da pensão por morte porque já era beneficiária desde antes da entrada em vigor da LCE nº 43/02, bem como por ser solteira e demonstrar estar matriculada em instituição de ensino superior antes de completar 21 anos de idade. 5. Recurso de Agravo improvido. 6. Decisão por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo nº 189418-4/01, supra referenciado, julgado em sessão realizada nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha de julgamento em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 28 de Janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Salvino Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 189418-4/01 - Comarca do Recife

Agravante: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco.

Agravada: Ana Amélia de Barros Lima Souza.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo em face de decisão que determinou a reativação do benefício de pensão por morte da agravada.

Em suas razões, de fls. 02/08, aduz que, quando da entrada em vigor da LC nº 43/02, ainda não havia a agravada completado a maioria, tendo, destarte, uma mera expectativa de direito à percepção da pensão naquela condição.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento da apelação cível, com o seu regular processamento afim de que seja reformada a decisão combatida.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de apelação diante de sentença que julgou procedente o pedido de reativação do benefício de pensão por morte da apelada, sob o fundamento de que, antes da alteração introduzida pela LCE nº 43/02, a mesma já era pensionista e encontrava-se regularmente matriculada em instituição de ensino superior. Em suas razões, de fls. 77/81, o apelante pugna pela reforma do julgado, aduzindo que, quando da entrada em vigor da LCE nº 43/02, ainda não havia a apelada completado a maioria, possuindo, destarte, mera expectativa de direito à percepção da pensão naquela condição. Não houve contrariedade, fls. 84. A douta Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 101/104, opinou pela manutenção da sentença recorrida, vindo os autos conclusos em seguida. Felto o sucinto relato, decido monocraticamente. O cerne da questão em apreço diz respeito ao dever, ou não, de a fundação apelante promover a reativação do benefício de pensão por morte da apelada, haja vista a alteração promovida na LCE nº 28/2000 pela entrada em vigor da LCE nº 43/02. Segundo os termos do inciso II do caput do art. 27 da LCE nº 28/2000, era considerado dependente, para fins de percepção de pensão por morte, o filho maior de 21 anos e menor de 25 que fosse solteiro e ostentasse a condição de estudante universitário. Ora, tendo em vista o acima exposto, é forçoso concluir que a apelada possui direito à continuação da percepção da pensão por morte porque já era beneficiária desde antes da entrada em vigor da LCE nº 43/02, bem como por ser solteira e demonstrar estar matriculada em instituição de ensino superior antes de completar 21 anos de idade. A despeito da extinção da figura do dependente universitário do rol daqueles que podem ser beneficiários do pagamento da pensão por morte paga pela FUNAPE, desde a entrada em vigor da LCE nº 43/02, as alterações dela decorrentes não podem ser extensíveis aos maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 25 (vinte e cinco) anos de idade, que, por força da lei anterior, já vinham regularmente percebendo o benefício previdenciário em apreço, sob pena de ofensa à situação jurídica já consolidada. De fato, consoante o disposto no artigo 4º da referida Lei Complementar, em relação aos filhos ou equiparados dos segurados do Sistema de

Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco de que trata a Lei Complementar nº 28/00, que tenham atingido a maior idade e que não exerçam atividade remunerada, a pensão poderá ser mantida até atingirem 25 (vinte e cinco) anos de idade, desde que estejam matriculados e freqüentando, regularmente, curso de graduação em estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido e que já sejam pensionistas em 02 de maio de 2002, ocasião em que entrou em vigor a Lei Complementar nº 43/02. Este é o entendimento deste Tribunal de Justiça, conforme se depreende dos julgados abaixo: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ÓBITO DO SEGURADO EM DATA ANTERIOR A ENTRADA EM VIGOR DA LEI COMPLEMENTAR Nº 43/2002. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO À FILHA MENOR DE 25 ANOS E UNIVERSITÁRIA. POSSIBILIDADE. DIREITO ADQUIRIDO. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - A legislação aplicável para concessão do benefício previdenciário da pensão por morte é a do tempo da morte do segurado. 2 - A percepção de pensão por morte do segurado por sua dependente, tendo o óbito ocorrido em data anterior à entrada em vigor da Lei Complementar Nº 43/2002, decorre do direito adquirido à aplicação da legislação vigente à época, preenchidos os requisitos exigidos. 3 - Recurso de Apelação Provido, para reformar a sentença recorrida. 4 - Decisão Unânime (Apelação Cível 146707-2 - Recife, 7CC, Relator Des. Fernando Cerqueira, julgado em 6/2/2007). DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. BENEFICIÁRIO MENOR DE 25 ANOS, MATRICULADO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. PRODUÇÃO DE PROVAS HÁBEIS A DEMONSTRAR O SUPRIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DO DIREITO À PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO. GUERREADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE NEGA PROVIMENTO. 1. Rechaçando-se o primeiro argumento firmado pelo agravante, é pacífica a admissibilidade da antecipação de tutela contra as pessoas jurídicas de direito público em causas de natureza previdenciária, conforme posicionamento já sumulado do Supremo Tribunal Federal. 2. Depreende-se do contexto probatório que o agravado, em decorrência do falecimento de sua genitora, em data de 17 de agosto de 1998, quando ainda em vigor a Lei Estadual nº 7.551/77, passou a fazer jus ao benefício da pensão por morte, o qual vinha percebendo regularmente até a ocasião em que foi surpreendido com a comunicação de seu cancelamento, a partir do mês de abril do corrente ano, sob o argumento de que completará a maioridade civil e dele não mais se beneficiará. 3. Embora a figura do dependente universitário tenha sido excluída do rol daqueles que podem ser beneficiários do pagamento da pensão por morte paga pelo FUNAPE, desde a entrada em vigor da Lei Complementar nº 43/02, as alterações dela decorrentes não podem ser extensíveis àqueles que, por força da lei anterior, vinham regularmente percebendo o benefício previdenciário ora em apreço. 4. Consoante o disposto no artigo 4º da referida Lei Complementar, em relação aos filhos ou equiparados dos segurados do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco de que trata a Lei Complementar nº 28/00, que tenham atingido a maior idade e que não exerçam atividade remunerada, a pensão poderá ser mantida até atingirem 25 (vinte e cinco) anos de idade, desde que estejam matriculados e freqüentando, regularmente, curso de graduação em estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido e que já sejam pensionistas em 02 de maio de 2002, ocasião em que entrou em vigor a Lei Complementar nº 43/02. 5. In casu, o agravado supre os requisitos para a continuar a fazer jus ao benefício ora guerreado, eis que é pensionista desde época anterior ao ano de 2002 e, atualmente, conta com 20 (vinte) anos de idade, tendo restado comprovada, ademais, sua matrícula em Instituição de Ensino Superior, consoante se pode aferir pelo comprovante de matrícula no curso de ciências contábeis da Faculdade Santa Helena, acostado à fl. 23 dos autos em apenso. 6. Por fim, o periculum in mora, advindo da reforma da decisão ora questionada, afigura-se presente, ante o nítido caráter alimentar da demanda, inerente que é ao implemento da educação do recorrido. 7. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator (AR nº 132823-2/01 - Recife, 8CC, Rel. Des. José Alexandre de Vasconcelos Aquino, julgado em 16/03/2006). Mandado de Segurança. Direito de percepção de pensão. Declaração de limite do tempo de pagamento de pensão. 1. Rejeitada a preliminar de ilegitimidade passiva. 2. No mérito: ao beneficiário é assegurado o direito de perceber a pensão previdenciária até completar os 21 (vinte e um) anos de idade, ou até os 25 (vinte e cinco) caso ostente a condição de universitário. 3. À unanimidade concedeu-se a segurança (MS nº 82047-5 - Recife, 1GCC, Rel. Des. José Fernandes, julgado em 13/04/2005). Em igual sentido, a jurisprudência do STJ, no enunciado da Súmula nº 340 do STJ a seguir transcrita: A lei aplicável à concessão do pensão previdenciária por morte

103 17
é aquela vigente na data do óbito do segurado. Diante de todo o exposto, considerando que o recurso encontra-se em confronto com jurisprudência dominante desta Corte de Justiça e do STJ, com base no art. 557, caput, do CPC, nego-lhe seguimento. P. e I. Recife, 16 de dezembro de 2009. Des. Ricardo Paes Barreto. Relator.

A questão controvertida diz respeito ao dever, ou não, de a fundação agravante promover a reativação do benefício de pensão por morte da agravada, haja vista a alteração promovida na LCE nº 28/2000 pela entrada em vigor da LCE nº 43/02.

Segundo os termos do inciso II do *caput* do art. 27 da LCE nº 28/2000, era considerado dependente, para fins de percepção de pensão por morte, o filho maior de 21 anos e menor de 25 que fosse solteiro e ostentasse a condição de estudante universitário.

Ora, tendo em vista o acima exposto, é forçoso concluir que a agravada possui direito à continuação da percepção do benefício pensão por morte porque já era beneficiária desde antes da entrada em vigor da LCE nº 43/02, bem como por ser solteira e demonstrar estar matriculada em instituição de ensino superior antes de completar 21 anos de idade.

A despeito da extinção da figura do dependente universitário do rol daqueles que podem ser beneficiários do pagamento da pensão por morte paga pela FUNAPE, desde a entrada em vigor da LCE nº 43/02, as alterações dela decorrentes não podem ser extensíveis aos maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 25 (vinte e cinco) anos de idade, que, por força da lei anterior, já vinham regularmente percebendo o benefício previdenciário em apreço, sob pena de ofensa à situação jurídica já consolidada.

Com efeito, consoante o disposto no artigo 4º da referida Lei Complementar, em relação aos filhos ou equiparados dos segurados do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco de que trata a Lei Complementar nº 28/00, que tenham atingido a maior idade e que não exerçam atividade remunerada, a pensão poderá ser mantida até atingirem 25 (vinte e cinco) anos de idade, desde que estejam matriculados e freqüentando, regularmente, curso de graduação em estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido e que já sejam pensionistas em 02 de maio de 2002, ocasião em que entrou em vigor a Lei Complementar nº 43/02, situação que se amolda ao caso em tela.

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente integrativo.

É como voto.

Recife, 28 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator